



Habeas Corpus n.º 0327124-5 – Vara Única da Comarca de São Caetano-PE

Impetrante (s)	Henderson Nanes Matutino
Paciente(s)	Edvanaldo Lopes da Silva
Relator:	Roberto Ferreira Lins
Procurador:	Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. DESCABIMENTO. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. RÉU PRIMÁRIO. LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA AO CORRÉU. SIMILITUDE FÁTICO-PROCESSUAL. EXTENSÃO SUBJETIVA DA DECISÃO. ARTIGO 580, CPP. LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA.

1. A decisão que decretou a prisão preventiva foi omissa em relação a fatos concretos que permitam inferir a necessidade da constrição interina do paciente, tornando-se injustificada a segregação cautelar do focado incriminado, até porque, em razão da sistemática processual vigente, trata-se de medida de exceção, devendo ser evitada o quanto possível.

2. O juiz em exercício cumulativo na comarca de São Caetano concedeu liberdade provisória ao corréu Washington Luiz da Silva, fls. 61/62, por entender que não estavam presentes os requisitos da prisão preventiva, não se referindo a motivos de caráter exclusivamente pessoal, o que enseja, de rigor, a extensão da decisão ao paciente, nos termos do art. 580 do CPP.

3. Há que se conceder a liberdade provisória, mediante compromisso de comparecimento a todos os atos processuais, não havendo motivos, na excepcionalidade do caso, para que permaneça preso, máxime à luz do princípio da presunção de inocência.

4. *Habeas Corpus* concedido, com o conferimento ao paciente do benefício da liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0327124-5, da Vara Única da Comarca de São Caetano-PE, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada em 15/04/2014, conhecer a ordem e concedê-la, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 15 de Abril 2014.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



Habeas Corpus n.º 0327124-5 – Vara Única da Comarca de São Caetano-PE

Impetrante (s)	Henderson Nanes Matutino
Paciente(s)	Edvanaldo Lopes da Silva
Relator:	Roberto Ferreira Lins
Procurador:	Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido liminar, interposto pelo Bel. Henderson Nanes Matutino em favor de Edvanaldo Lopes da Silva, preso preventivamente pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, inciso I e IV, c/c art. 14, II, do Código Penal. Aponta como autoridade coatora a MM. Juíza de Direito da Comarca de São Caetano-PE.

Alega que o paciente foi preso por força de decreto de prisão preventiva pela suposta prática do crime de homicídio tentado, sofrendo constrangimento ilegal em razão da falta de justa causa para a sua custódia cautelar.

Aduz, ainda, que o decreto prisional se mostra totalmente desprovido de qualquer fundamentação válida, vez que a magistrada, para tanto, utilizou apenas argumentos abstratos e meras conjecturas, desprovidos de qualquer suporte fático e concreto.

Indeferido o pedido de liminar à fl. 68, a autoridade impetrada prestou informações, fl. 75, informando apenas a movimentação cronológica do processo, clarificando que a instrução já foi encerrada.

A d. Procuradoria de Justiça, em parecer de fls. 81/84, opinou pela concessão da ordem, entendendo que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente carece de justa causa, com ser marcada por fundamentação inadequada.

É o relatório.

VOTO

Senhores Desembargadores,
Sr (a) Procurador (a) de Justiça.

Compulsando os autos, observo que a decisão da MM. Juíza (fl. 53) que decretou a prisão preventiva do acusado está carente de fundamentação adequada, não estando lastreada em qualquer fato concreto as circunstâncias permissivas para o decreto da prisão cautelar.

É certo que, para a manutenção da prisão do paciente, deve ser demonstrada sua necessidade, seja em relação à garantia da ordem pública ou da aplicação da lei penal, seja relativamente à conveniência da instrução criminal, alicerçada em fatos que realmente se possa inferi-la.

É preciso que existam fatos concretos, noticiados no processo, como, por exemplo, o risco de o réu vir a fugir à ação da justiça por não ter residência certa e profissão definida, ou haver receio de que venha influenciar testemunhas, ou a ocorrência de conduta que indique que o réu continuará a delinquir, para que sua prisão preventiva seja decretada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0327124-5 – Vara Única da Comarca de São Caetano-PE

Observa-se, no caso em comento, que a decisão que decretou a prisão, fl.53, fundamenta a constrição cautelar, de maneira genérica, na periculosidade e tendência à reiteração criminosa do réu, amparando-se em meras ilações abstratas.

Vê-se, pois, que os fundamentos da decisão não convencem, sobretudo porque omissa em relação a fatos concretos que permitam inferir a necessidade da constrição interina do paciente, tornando-se injustificada a segregação cautelar do focado incriminado, até porque, em razão da sistemática processual vigente, trata-se de medida de exceção, devendo ser evitada o quanto possível, visto que a regra é a liberdade, em nome do princípio da presunção da inocência.

Ademais, a autoridade coatora refere-se, no decreto preventivo, aos depoimentos das testemunhas ouvidas na lavratura do flagrante. A prisão cautelar do paciente, no entanto, foi objeto de decreto de prisão preventiva de caráter autônomo.

Ressalte-se, ainda, que o juiz em exercício cumulativo na comarca de São Caetano concedeu liberdade provisória ao corréu Washington Luiz da Silva, fls. 61/62, por entender que não estavam presentes os requisitos da prisão preventiva.

Sabe-se que, uma vez verificada a similitude fático-processual entre o paciente e o co-réu, é de rigor a extensão do julgado, nos termos do art. 580 do CPP. No presente caso, a decisão que concedeu a liberdade provisória do corréu foi fundamentada no sentido da inexistência dos requisitos da prisão preventiva, não se referindo a motivos de caráter exclusivamente pessoal.

Desse modo, embora presente a materialidade do delito e os indícios suficientes de autoria, não vislumbro os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, autorizadores da prisão preventiva.

Vê-se dos autos, ainda, que o paciente não registra antecedentes criminais, possui residência fixa e emprego lícito, não havendo motivos para que permaneça, por hora, preso antes de decisão condenatória transitada em julgado, tendo em vista o princípio da presunção de inocência previsto no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal.

Neste mesmo sentido, traz-se à colação o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

(...) 4. Sendo o paciente comprovadamente primário, possuidor de bons antecedentes, residência fixa e emprego lícito, mister se faz, para a manutenção da sua custódia cautelar, a referência expressa a motivos concretos que desautorizem a concessão de sua liberdade provisória, não sendo suficiente, pois, mera alusão à regularidade do auto de prisão em flagrante.

5. Ordem concedida para, reformando o acórdão impugnado e cassando o decreto monocrático, deferir ao paciente a liberdade provisória nos termos do artigo 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal, com o compromisso de estar presente a todos os atos e termos do processo, sob pena de revogação da medida.

(HC 18.965/RJ, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, 6ª Turma, j. em 19/02/2002).

Impõe-se, pois, a concessão ao paciente da liberdade interina.

Por fim, vale dizer, que a soltura do acusado não significa que permanecerá em liberdade até o final do processo criminal, vez que a ocorrência de fatos supervenientes que importem na violação à garantia da ordem pública, conveniência da



Habeas Corpus n.º 0327124-5 – Vara Única da Comarca de São Caetano-PE

provisória, não sendo suficiente, pois, mera alusão à regularidade do auto de prisão em flagrante.

5. Ordem concedida para, reformando o acórdão impugnado e cassando o decreto monocrático, deferir ao paciente a liberdade provisória nos termos do artigo 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal, com o compromisso de estar presente a todos os atos e termos do processo, sob pena de revogação da medida.

(HC 18.965/RJ, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, 6ª Turma, j. em 19/02/2002).

Impõe-se, pois, a concessão ao paciente da liberdade interina.

Por fim, vale dizer, que a soltura do acusado não significa que permanecerá em liberdade até o final do processo criminal, vez que a ocorrência de fatos supervenientes que importem na violação à garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal ou aplicação da lei penal, permite ao juiz decretar novamente a prisão preventiva, conforme dispõe o art. 316, segunda parte, do Código de Processo Penal.

Ressalva-se ao Juízo de primeira instância a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, que entender necessárias.

Com essas considerações, voto no sentido de **conceder a ordem**, para revogar o decreto preventivo e conferir ao paciente EDVANALDO LOPES DA SILVA a mercê da liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação do benefício, expedindo-se em seu favor alvará de soltura, vinculado ao proc. nº 0000986-62.2013.8.17.1290, a fim de que seja imediatamente posto em liberdade, se por aí não estiver preso.

É como voto.

Recife, 15/04/2014

Des. Roberto Ferreira Lins